

## RECEPÇÃO TEXTUAL: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O 3º GRAU

Maria da Graça Krieger  
UFRGS

### I – INTRODUÇÃO

Tratar da problemática da leitura, ainda no âmbito universitário, continua sendo uma questão atualizada, pois é indiscutível que a maior parte dos alunos encontra dificuldades não só na recepção textual como no exercício da crítica.

São herdeiros de uma tradição escolar em que ler se define como uma atividade de perguntas e respostas únicas e, portanto, "certas", determinadas de antemão por um leitor mais sábio.

Tais dificuldades podem ser bastante atenuadas, se adotarmos uma postura teórica que enfatize a natureza comunicativa de um texto, considerando-o sobretudo como um objeto de comunicação entre produtor e leitor.

Entre esses dois sujeitos (produtor x leitor) se estabelece um tipo de relação em que o primeiro, ao construir o seu texto, cria sentido, veicula valores e pretende sempre que o seu leitor acredite na verdade que ele construiu pelo uso da linguagem. O leitor efetivo, por sua vez, busca o sentido proposto, desvela a intencionalidade e os valores veiculados, criando o seu próprio texto e decide se concorda, ou não, com o que lhe foi apresentado.

Com isso queremos dizer que:

- a) os sujeitos, através do uso da linguagem, agem uns sobre os outros. Esta ação comunicativa é uma forma de manipulação;
- b) a comunicação humana é de ordem contratual. É estabelecido um contrato entre o sujeito enunciador do discurso e seu(s) enunciatário(s) (ouvinte/leitor). Através deste contrato enunciatí-

vo, o enunciador constrói uma verdade discursiva, visando à adesão do enunciatário que, por sua vez, manifestará sua crença ou não no discurso enunciado. Contrapõe-se assim um dizer verdadeiro a um crer verdadeiro. O dizer verdadeiro é entendido como uma forma de persuadir, de fazer o leitor crer, o que leva o enunciador a lançar mão de recursos que visam a criar efeitos de verdade, capazes de convencer;

c) nenhum texto é mais verdadeiro do que outro, posto que se desloca a problemática da verdade para o interior do discurso, evitando o equívoco de caracterizar a verdade do discurso pela sua adequação à realidade exterior;

d) nenhum texto é neutro, pois veicula sempre valores.

A este jogo de poder e de manipulação dos discursos o sujeito leitor deve estar atento, razão pela qual acreditamos não só na necessidade de enfatizar a natureza comunicativa do texto, como na necessidade de abordá-lo como um todo dotado de sentido que contém uma organização interna (estruturas narrativas e discursivas) e externa (estruturas textuais propriamente ditas).

Por isso, a proposta que aqui se apresenta define o procedimento de leitura como um trabalho de prática de recepção textual, fundamentado no reconhecimento da organização do texto, cuja estruturação subdivide-se inicialmente em dois grandes planos: o do conteúdo — referente à articulação do sentido — e o da expressão — referente à manifestação das estruturas lingüísticas. Evidentemente um plano não existe sem o outro e analisá-los separadamente é apenas uma questão de abordagem teórica.

De modo mais específico, podemos dizer que o procedimento de leitura se faz pelo reconhecimento dos mecanismos próprios do plano do conteúdo, o que leva à (re)construção dos sentidos textuais, ou seja, abre-se o caminho para as leituras possíveis de um texto. Nesta perspectiva, o sujeito leitor é também um sujeito produtor de sentido, pois que constrói, reconstruindo sentidos. A atribuição de sentido ao texto define a leitura.

Permitir então que o aluno construa sentidos é realmente a prática de leitura. A imposição de um sentido único é a tarefa inversa — não se desenvolve a competência de leitura. Ao invés de se formarem leitores, formam-se meros repetidores de leituras feitas, não se desenvolvendo a capacidade de reflexão, fundamento básico de qualquer aprendizado.

Vale lembrar que a concepção de um trabalho de prática de recepção textual fundamenta-se no reconhecimento da organização interna e externa do texto. A organização interna diz respeito às estruturas narrativas e discursivas e a externa, à manifestação textual propriamente dita. A análise dos mecanismos próprios encaminha para as leituras possíveis de um texto. É nessa perspectiva, como já dissemos, que o sujeito leitor é um sujeito ativo, produtor de sentido.

Fundamenta-se assim uma teoria que vê a construção-produção de discursos, enquanto ato, enquanto ação do homem no mundo.

Esta posição encontra seus fundamentos basicamente na Teoria Semiótica desenvolvida na França pelo Grupo de Pesquisas Sêmico-Lingüísticas, dirigido por A. J. Greimas.

Define-se esta Semiótica como uma ciência das significações produzidas pelo homem, ao enunciar textos. Tem como tarefa primeira explicitar as condições de produção e apreensão do sentido de um texto, independente de sua forma de manifestação. Ou seja, este texto pode ser verbal ou não-verbal, porque a Semiótica considera os mais variados conjuntos significantes como linguagens humanas, como manifestações de um sentido. Nessa perspectiva, uma pintura é um texto, uma música é um texto, etc., aos quais subjaz sempre um mesmo processo de geração de sentido.

No estágio atual das pesquisas, o que faz a Semiótica é descrever como o sentido se articula, se constrói no plano do conteúdo, independente da manifestação e mesmo anterior à manifestação verbal ou não-verbal. Para tanto, concebe as linguagens humanas como sistemas de significação. A significação decorre sempre da relação de oposição entre termos. Um termo só significa porque se opõe a outro.

Propõe então um modelo que descreve e explica como o sentido se produz, concebendo sua produção como um processo de geração do sentido — como uma articulação entre vários níveis de abstração. Este processo parte de um nível mais simples e abstrato (estruturas fundamentais do texto), chegando a um nível mais complexo e mais concreto (estruturas narrativas e discursivas). Cada um desses níveis comporta um componente sintático e outro semântico e é passível de descrições autônomas. A passagem de um nível a outro marca um enriquecimento e não uma ruptura.

Apresentamos a seguir uma síntese<sup>1</sup> dos níveis do percurso gerativo de sentido, que é um percurso de conteúdo, explicitando alguns de seus elementos.

As estruturas fundamentais, ponto de partida do percurso gerativo, constituem-se no nível mais profundo e mais abstrato, no qual são determinadas as estruturas elementares do texto. Correspondem, de certa forma, ao recorte temático.

As estruturas narrativas,<sup>2</sup> nível sintático-semântico intermediário do percurso, configuram a presença do homem, sujeito do fazer. É um homem que age no mundo em busca de certos valores, investidos nos objetos. Esta ação transformadora, impulsionada por uma busca de valores, define a narratividade. Efetivamente é a sucessão das transformações de estado que caracteriza a narratividade.

Estruturas discursivas — nível mais concreto e mais próximo da manifestação textual, que se caracteriza pela interferência do sujeito da enunciação que cria o discurso, convertendo as estruturas narrativas em discursivas.

Sujeito que dotar seu discurso de atores, espaço e tempo (sintaxe discursiva); desenvolve temas, apresenta figuras e propõe isotopias (semântica discursiva).

É importante salientar que a passagem de um nível a outro constitui um enriquecimento do sentido pela soma dos elementos.

Este modelo, apresentado sinteticamente, procura explicar não só como o sentido se produz mas, ao mesmo tempo, como se aprende; servindo, por isso, para orientar a leitura, que é essencialmente uma semiose — atividade primordial que se define por correlacionar uma expressão dada a um conteúdo. Vale dizer, criar significação. É nessa medida que para a Semiótica o sujeito leitor é um sujeito ativo.

A proposta de uma análise semiótica de um texto verbal baseia-se no reconhecimento dos elementos e mecanismos próprios de cada um dos níveis do percurso gerativo de sentido. Trata-se de uma abordagem do nível semiótico imanente de qualquer texto verbal, mesmo que, no nível das estruturas textuais, seja classificada como narrativa, descritiva ou dissertativa.

O método de abordagem do plano do conteúdo não é rígido, pois que a análise pode iniciar por qualquer um dos níveis do percurso gerativo. Normalmente, a tarefa torna-se mais fácil quando

iniciada pela narratividade, que está presente em qualquer tipo de texto. É necessário, no entanto, segmentar o texto na sua expressão. A segmentação pode coincidir ou não com a divisão dos parágrafos.

Antes de apresentarmos um trabalho prático de leitura semiótica, queremos dizer que esta tarefa pode ser desenvolvida de forma mais ou menos complexa. O desenvolvimento total da teoria não nos parece eficiente para cursos de graduação. Cabe ao professor dominar a teoria e saber manejá-la para que o aluno, de forma gradativa, reconheça os elementos de cada nível e, conseqüentemente, faça descobertas. Quando propomos este caminho para chegarmos a uma leitura que se define como uma construção, (re)construção de sentido, não devemos esquecer que, além da proposta semiótica que define sua análise como interna (ou seja, procura chegar ao sujeito, por meio do discurso) e imanente, (pois o objeto textual é concebido como uma máscara, sob a qual é preciso reconhecer as leis que regem o discurso), precisamos chegar a um nível de análise da intertextualidade (cotejo com outros textos) se buscamos efetivamente configurar a ideologia manifestada. Com isso se quer dizer que a interpretação de um texto não se esgota no nível discursivo.

Vale ainda lembrar que no caso de um texto verbal, se pretendemos ocupar das estruturas lingüísticas propriamente ditas é no nível da manifestação, da textualização que isso deve ser feito.

## II — ANÁLISE DO TEXTO "UNIVERSIDADE DE MASSA"

A seguir, apresentamos uma análise semiótica do texto "Universidade de Massa", publicado em Porto Alegre pelo jornal Zero Hora.

Este texto foi trabalhado em várias turmas de 3º grau e, a partir de uma primeira leitura, os alunos, quase que generalizadamente, concordaram com sua proposta de defender uma universidade brasileira de mais alta competência.

De modo geral, sentiam-se intimidados, enfiando a "carapuça", por não se considerarem os melhores estudantes.

Além disso, quando perguntados sobre o "assunto" do texto, concluíam que se tratava de uma discussão sobre a situação atual do ensino universitário brasileiro.

Após uma análise mais detalhada, fundamentada no reconhecimento dos mecanismos próprios de cada um dos níveis do percurso gerativo de sentido, outras leituras, outras interpretações surgiram.

A intimidação desapareceu, embora se mantivesse a idéia de que a universidade brasileira deva ser, sem dúvida, da mais alta competência, enquanto lugar de construção do saber e de formação de profissionais para o exercício da profissão.

### UNIVERSIDADE DE MASSA

Criou-se no Brasil o mito de que deveríamos resolver o problema do ensino enchendo as universidades. Adotou-se a tese da massificação do ensino superior e de que a universidade era para todos. É o país de "slogan". De algumas centenas de alunos universitários passamos a milhão e meio em poucos anos. Em vez de melhorar o ensino médio, que é a fonte do cidadão útil — o homem médio produtivo, capaz e preparado, estamos preparando o diplomado incompetente, o analfabeto de canudo. E dos milhares que saem das universidades, a maioria o mercado de trabalho não tem capacidade de absorver, nem tem competência para enfrentar a profissão. São professores de letras que jamais leram um livro, são médicos que nunca entraram numa enfermaria, são engenheiros que não pegaram num tijolo, nem viram fazer-se uma liga de argamassa.

Universidade não é para isso, não é para fornecer diploma a toda a gente. Daqui a pouco, nós vamos criar uma instituição para ensino pós-universitário a fim de suprir as lacunas da universidade. Como hoje a universidade está sendo usada para corrigir a ausência de segundo grau. Isso porque, na falta deste último — substituído pelo suplemento e pelos cursinhos — o aluno que chega à universidade é um semi-analfabeto. Uma tristeza, um descalabro, um verdadeiro escândalo. Ficamos a imaginar o que acontecerá ao país quando essa massa de diplomados atingir as posições de mando, isto é, a direção da sociedade. Se agora já é o que sabemos, calcule-se o que virá por aí.

Insista-se: universidade não é isso. Não é para acolher toda a população de jovens. Nem todos estes possuem vocação para curso superior. Nem todos estão mentalmente preparados para suportar o grau de ensino que se supõe seja o da universidade. Há muita gente ótima para profissões médias e que se transformam num desastre universitário. Questão de QI, de aptidão, de vocação. Por isso, não é solução válida permitir ou incentivar, como se fez, que entre para a universidade de cambulhada toda a juventude do país. Nosso país criou a mística do diploma. O diploma como sinal de status e como gíria para vencer na vida. Todo pai aspira a favorecer ao filho a cata do diploma de nível superior. Mesmo que ele não possua qualidades que o capacitem para enfrentar o aprendizado superior. Isto sem falar na ausência de preparo básico. Sem este não adianta alguém tentar a universidade. Jamais terá êxito em estar à altura daquele aprendizado.

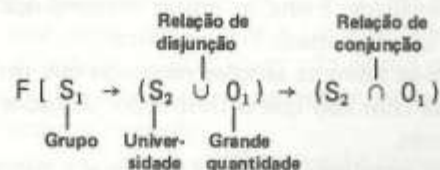
A universidade é para formar elites. É um processo de elitização. Não elites de dinheiro ou de posição social. Mas elites de competência. O mal de nosso país é a incompetência. Não há gente competente para resolver os nossos problemas. Pessoal com-

petente constitui uma elite, é uma elite. Universidade é para fornecer elite, pessoal de alto gabarito, alto padrão de competência. O que fizemos foi abastardar a universidade, transformando-a em instituições de ensino secundário. Deformamos, degradamos, desmoralizamos a idéia de universidade, enchendo-a de gente incapaz, por orgulho de anunciar para o mundo que a nossa população universitária monta a milhões. De párias intelectuais. Universidade para todos, eis este outro "slogan" para satisfazer o nosso orgulho ufanista. Uma beleza! Universidade de massa, só se for de massa alimentícia.

("Universidade massa", Zero Hora, Porto Alegre, 1982.)

A primeira seqüência<sup>3</sup> deste texto diz que o Brasil estava com um problema de ensino e para resolvê-lo: "Adotou-se a tese de massificação do ensino superior e de que a universidade era para todos".

Identifica-se aqui um sujeito do fazer ( $S_1$ ), representado textualmente pelo se. Trata-se de um actante da narrativa, que chamamos de Grupo. Este Grupo com poder de ação e de decisão transforma a universidade brasileira numa instituição com grande quantidade de alunos. A transformação está representada pelo seguinte enunciado de fazer:



"De algumas centenas de alunos universitários passamos a milhão e meio em poucos anos."

Toda transformação é criadora de um novo estado de coisas. As transformações, que são alterações de estado, definem a narrativa, mesmo que haja num texto uma única transformação, como é o caso de Universidade de Massa. Por isso, o programa narrativo (PN) de performance<sup>4</sup> do Grupo ( $S_1$ ) restringe-se apenas a uma transformação.

A partir de então, predomina o fazer de um outro sujeito. Trata-se de um fazer julgador de um outro actante da narrativa — o Destinador(DOR)Julgador — que desempenha o papel temático de narrador. Sanciona negativamente não só o fazer do Grupo que massificou a Universidade brasileira, pois "estamos preparando o

diplomado incompetente, o analfabeto de canudo", como outros sujeitos, outros actantes da narrativa:

país — é do "slogan", do mito.

"Nosso país criou a mística do diploma."

"O mal de nosso país é a incompetência. Não há gente competente para resolver nossos problemas."

pais e filhos — "Todo pai aspira a favorecer ao filho a cata do diploma de nível superior. Mesmo que ele não possua qualidades que o capacitem para enfrentar o aprendizado superior."

Estes são alguns exemplos, ilustradores da posição assumida pelo Destinator Julgador que discorda dos valores com os quais os outros actantes da narrativa estão em relação de conjunção.

A partir desses valores, cria-se uma relação de consequência neste discurso. Ou seja, o sujeito Grupo, por estar em conjunção com o valor mito (não racional), opera uma transformação ineficiente na universidade, e esta, ao entrar em conjunção com o valor massa, produz um diplomado incompetente.

Justificam-se assim as sanções negativas que permeiam o texto. Evidencia-se com isso que o Destinator Julgador possui outro sistema de valores.

Estes dois aspectos — sanções negativas e sistema de valores do DOR Julgador — estão intimamente relacionados, pois o Destinator, em qualquer instância, é a fonte de valores.

O papel de Destinator, fonte de valores, pode ser assumido por qualquer actante da narrativa.<sup>5</sup> Assim, a sociedade é o actante Destinator em relação à Universidade (Destinatário) que recebe uma sanção negativa porque quebrou o contrato assumido com a sociedade.

A sociedade como um todo considera a universidade como o lugar do saber, atribui-lhe a responsabilidade de construção dos saberes específicos de cada área do conhecimento, tornando-a a responsável pela formação de gente competente para o exercício da profissão.

Vê-se que a Universidade não está cumprindo a sua parte no contrato, pois está oferecendo um ensino insuficiente (São profes-

sores de Letras que jamais leram um livro, médicos que nunca entraram numa enfermaria...), formando "analfabetos de canudo", tornando-se enfim uma fábrica de diplomas.

Por outro lado, a universidade atual é sancionada negativamente por estar em conjunção com os valores próprios, segundo o narrador, do ensino de segundo grau: massificação e formação do homem médio produtivo:

"Em vez de melhorar o ensino médio, que é a fonte do cidadão útil — o homem médio produtivo, capaz e preparado, estamos preparando...".

Se esta é a função do ensino médio, qual a da Universidade? Do ponto-de-vista da sociedade como um todo, ela já foi anteriormente determinada (lugar do saber e formação de sujeitos competentes para o exercício da profissão) e do ponto-de-vista do narrador, parece que a função da Universidade define-se a partir da seguinte afirmação:

"Ficamos a imaginar o que acontecerá ao país quando essa massa de diplomados atingir as posições de mando, isto é, a direção da sociedade".

Assim, fica estabelecido que, de acordo com o sistema de valores do narrador deste texto, cabe à Universidade formar gente para dirigir a sociedade. Donde, quem não possui o nível superior de ensino está impossibilitado de participar ativamente das decisões sobre os destinos da nação.

Observa-se então que só a última seqüência do texto manifesta diretamente a função da Universidade.

"A universidade é para formar elites. É um processo de elitização. Não elites de dinheiro ou de posição social. Mas elites de competência. ... Universidade é para fornecer elite, pessoal de alto gabarito, alto padrão de competência."

Embora o narrador busque enfatizar que não se trata de elites de "dinheiro" ou "de posição social", mas de "competência", sabe-se que elite, além de marcar a distinção de classes, marca também a oposição entre pouca e grande quantidade.

Neste texto, tudo o que é grande quantidade é massa e evidentemente incompetência: ao contrário de pequena quantidade, que é igual a elite, conseqüentemente, igual à competência. Acobertada pelo critério da competência, a elite pode e deve mandar

no país, ficando a massa à deriva das posições de mando, portanto, numa situação de submissão.

Sintetizando a análise da narratividade, podemos observar que houve o predomínio do PN do DOR Julgador pela projeção de suas sanções negativas sobre todos os outros actantes da narrativa e sobre o fazer do Grupo que massificou a universidade brasileira. Este grupo que tinha o poder de alterar o sistema universitário não soube fazê-lo, foi incompetente, sobretudo por estar numa relação de conjunção com o valor modal mito, com o não racional.

### Nível Discursivo

A análise deste nível, além dos mecanismos da sintaxe e semântica discursivas, examinou a projeção das relações entre enunciador-enunciatário. Mais especificamente descrevemos alguns procedimentos empregados pelo enunciador para convencer o enunciatário da verdade construída.

Através dos mecanismos da sintaxe discursiva, o enunciador dota seu discurso de atores, espaço e tempo. O tempo é atual e o espaço é o Brasil, neste texto.

Quanto aos atores, além do Narrador/Narratário, não há atores individualizados, mas entidades coletivas como: Grupo transformador da Universidade (representado pelo se), Universidade, Ensino Médio, Aluno/Diplomado, País, Sociedade.

Em relação ao ator Narrador/Narratário, a análise do nível da narratividade já permitia configurá-lo como um sujeito pleno de sabedoria (sabe o que é Universidade, para que serve, quem deve freqüentá-la).

Tal sabedoria, no entanto, se projeta no nível do discurso de forma mascarada, ou seja, através de um efeito de sentido: **objetividade**. Embora, muitas vezes, seja empregada a primeira pessoa do plural, marca de subjetividade, o eu do enunciador não se manifesta diretamente em expressões consagradas de personalidade como: Na minha opinião..., Acredito que..., Penso que..., etc.

O recurso à objetividade é uma forma de levar o leitor a acreditar que a verdade proposta pelo discurso, sendo comum a muitos sujeitos, pode efetivamente ser verdadeira.

Considerando agora a semântica discursiva, onde se alinham temas e figuras, observou-se que, em "Universidade de Massa", predominaram os temas em detrimento das figuras. O predomínio da tematização caracteriza um discurso mais abstrato, mais próximo do discurso científico.<sup>6</sup>

Vários temas desenvolvem-se, iniciando pelo tema Massificação do Ensino Superior no Brasil que, por sua vez, implica, por oposição, a tematização de Elite. Tais temas são tratados tão insistentemente como o da Competência, o que torna difícil determinar qual deles se sobrepõe. Por essa razão, a estrutura fundamental (recorte temático) de "Universidade de Massa" tanto pode ser determinada como:

COMPETÊNCIA X INCOMPETÊNCIA

ou

ELITE X MASSA.

Na realidade é o resultado da análise que permite determinar a estrutura fundamental do texto que, como dissemos, corresponde ao recorte temático. Na verdade, são os valores da semântica fundamental que se transformam em valores do sujeito no nível da narratividade e aparecem, no discurso, sob a forma de temas. Só, por este aspecto, podemos lembrar que cada um dos níveis do percurso gerativo de sentido representa um enriquecimento e não uma ruptura.

É também o nível do discurso, por tratar com temas e figuras, onde a figura que destacamos é a do diploma, que devia representar o saber-fazer, mas não o representa em "Universidade de Massa", que coloca a questão da isotopia, da leitura uniforme da narrativa.

Propor isotopias é explorar ambigüidades, o que faz este discurso, encaminhando duas leituras. Ou seja, a partir do jogo com o lexema "massa", que funciona como um conector de isotopias, cria efeitos de sentido diferenciados.

O primeiro permite ler "universidade de massa" como instituição de grande quantidade de alunos; por oposição ao segundo efeito de sentido em que "massa" é um objeto comestível.

A passagem de um código a outro, que assinala as duas isotopias, assinala também a oposição entre uma massa de indivíduos — seres humanos, pensantes e racionais (massa cinzenta) e uma massa comestível, objeto sem forma, sem individualidade, portanto, não pensante e não racional.

Esta segunda isotopia sintetiza a crítica à solução de massificação da universidade brasileira que, nesta ótica, deixa de representar o lugar do pensamento, da capacitação para um saber-fazer, relativo ao exercício da profissão e, segundo o narrador, relativo ao mando da sociedade.

Resumindo a análise do nível discursivo, última etapa do percurso gerativo de sentido, vimos que ela configurou um narrador onisciente, descreveu as isotopias propostas e, ao abordar os temas, encaminhou para a determinação das estruturas fundamentais (competência x incompetência) ou (elite x massa). A determinação única dependerá de cada leitor do texto, havendo também a possibilidade de considerar as duas estruturas de significação como superpostas e presentes concomitantemente neste discurso.

As interpretações que os alunos fizeram, a partir da análise dos elementos de cada nível do percurso gerativo de sentido, mostraram o desvelamento de um sujeito enunciador “dono da verdade”, acusador de tudo e de todos, e que seus valores são próprios de uma postura ideológica, marcadamente elitista. Sobretudo não mais consideraram que o texto simplesmente trata do problema do ensino superior brasileiro, mas que ele pretende, ao “anunciar” esta questão, defender a idéia de que, se a universidade brasileira ampliar-se, obrigatoriamente seu ensino e seus resultados não de fracassar.

A defesa dessa idéia é, em outros termos, um dizer verdadeiro dessa idéia, visando à crença do leitor — a sua concordância. A tarefa de construir a verdade do discurso é feita eficazmente, tanto que o leitor menos avisado, quase sempre, com ela concorda.

Isto porque, não só é indiscutível que o ensino superior brasileiro apresenta sérios problemas, como os recursos de manipulação utilizados tratam de configurar como mentirosa a solução de massificação da universidade brasileira, pois que os diplomados parecem competentes pelo diploma que lhes foi outorgado, mas não são, uma vez que não receberam o aprendizado necessário para serem competentes.

“São professores de letras que jamais leram um livro, são médicos que nunca entraram numa enfermaria, são engenheiros que não pegaram num tijolo, nem viram fazer-se uma liga de argamassa.”<sup>7</sup>

Persuade ainda o leitor para que considere verdadeira a proposta discursiva e concorde com ela, mostrando que, se a tese de adoção de massificação do ensino superior brasileiro foi norteadada por critérios de mercado de trabalho, nem por isso ela foi adequada, tanto que “dos milhares que saem das universidades, a maioria o mercado de trabalho não tem capacidade de absorver...”.

Por outro lado, o enunciador ao modalizar a maioria dos universitários como sujeitos sem competência inata “Questão de QI, de aptidão, de vocação” para curso superior, procura reiterar a mentira e ressaltar a falsidade da solução do ensino superior brasileiro. Ou seja, os jovens não parecem e não são competentes. Resulta daí a falsidade<sup>8</sup> que sustenta o sistema educacional superior brasileiro: “Por isso, não é solução válida permitir ou incentivar, como se fez, que entre para a universidade de cambulhada toda a juventude do país”.

Todos esses recursos, próprios do fazer persuasivo, que visam à adesão do enunciatário através da construção de efeitos de sentido de verdade, encaminham, neste discurso, para a manipulação maior: a crença de que a questão da competência, de uma alta qualidade de ensino dependem obrigatoriamente de uma universidade de poucos alunos.

Discutir o problema do ensino superior brasileiro não se restringe à oposição Qualidade x Quantidade. Esta posição, acobertada pela pretensa defesa de uma universidade altamente competente, desvela um sujeito enunciador, cujo valor primordial é exatamente a defesa por uma sociedade voltada para a “elite” e uma universidade por ela constituída.

A intencionalidade de que a universidade brasileira não deve ser ampliada, implica necessariamente, para o enunciador, num equívoco da idéia de universidade.

“Deformamos, degradamos, desmoralizamos a idéia de universidade, enchendo-a de gente incapaz, por orgulho de anunciar para o mundo que a nossa população universitária monta a milhares. De párias intelectuais.”

Logicamente a idéia de universidade é aquela construída por este discurso.

## CONCLUSÃO

Ao final deste trabalho, cuja proposta foi a de fazer uma análise interna e imanente do texto segundo os princípios da teoria semiótica desenvolvida pelo grupo de pesquisas sêmiolinguísticas da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, dirigido por A. J. Greimas, gostaríamos de retomar alguns aspectos que demonstram que a construção do sentido de um texto vai da imanência à aparência, segundo um percurso gerativo.

Cada uma das etapas é um enriquecimento, pois as estruturas primeiras são mais simples e mais abstratas do que as últimas, mais complexas e mais concretas. São estas as estruturas discursivas onde estão as marcas do sujeito da enunciação, instância de mediação que assegura a colocação em discurso das virtualidades da língua.

O sentido deste texto está, sem dúvida, na defesa de uma universidade brasileira para elites, pois a elas cabe a função de gerir os destinos da nação. Tal posicionamento, no entanto, mascara-se sob a aparência do desejo de um ensino superior competente. Evidentemente este desejo não é exclusividade do narrador que se concede o direito de ser o único sujeito do saber existente no país, pois ninguém, exceto ele próprio, sabe o que é universidade, como ela deve ser e para que serve.

Assim o narrador, nessa dimensão de sujeito onisciente, constrói um discurso em que a polêmica sobre a ampliação ou não da universidade não se instaura, pois todo ele é construído por intimidação. Esta intimidação cristaliza-se na proposta final de que, se a universidade for de massa, não será mais humana, racional, mas de natureza objetiva. Alija-se assim o outro de uma manifestação que não seja dessa ordem.

A assunção total desses valores, o desvelamento integral do sujeito do discurso está na definição de universidade: "é para formar elites. É um processo de elitização". Dessa forma, a universidade está mobilizada, conforme os valores ideais do sujeito enunciador que declara, inclusive, a incompetência total do país.

O desvelamento desse sujeito inclui a sua posição anterior de que é à elite universitária que cabe o mando da sociedade. Configura-se, assim, a ideologia do sujeito do discurso.

Essas marcas da enunciação, manifestadas no nível discursivo, são suportadas pelas estruturas sêmiolinguísticas: nas estruturas fundamentais, projetam-se os eixos competência, termo positivo x incompetência, termo negativo e/ou elite x massa. Nas estruturas narrativas, predomina o PN do destinador julgador com suas sanções negativas. No entanto, o desvelamento total do sujeito da enunciação se dá no nível discursivo. Entende-se assim a enunciação como a instância da mediação entre as primeiras estruturas e as de nível mais superficial.

As projeções aqui aludidas, próprias de cada nível, serviram para exemplificar a teoria de que o discurso é uma máscara, uma ilusão e que se pode chegar ao conhecimento do seu sujeito, e ao sentido de um texto, através de uma análise interna e imanente, capaz de descrever através de níveis, as organizações discursivas da significação.

Em termos de análise textual, caberia ainda um outro trabalho em que se vissem as relações do sentido do texto com certos recursos empregados sistematicamente como a gradação, a negação e a própria recursividade lexicômica de elite, valor maior do sujeito produtor deste discurso.

Queremos concluir, apenas enfatizando alguns princípios já apresentados, lembrando que:

- a) ler é (re)construir sentidos;
- b) a abordagem dos componentes do percurso gerativo de sentido encaminham para a leitura;
- c) nenhum texto é mais verdadeiro que outro, pois que cada um constrói a sua própria verdade;
- d) nenhum texto é neutro, pois que veicula valores;
- e) todo texto é um objeto de comunicação, através do qual o enunciador manipula o enunciatário para que este creia na verdade discursiva proposta;
- f) o sujeito leitor é um sujeito ativo, e mais do que construtor de seu próprio texto, é um sujeito capaz de reconhecer os mecanismos de manipulação.



- 1 — A explicitação integral da teoria encontra-se nas obras de A. J. Greimas, notadamente em *Du sens*, I e II, publicadas pela Editora Seuil; no *Dicionário de Semiótica de Greimas & Courtès*, publicado pela Editora Cultrix e nas publicações do Grupo de Pesquisas Sêmico-Linguísticas de Paris.
- 2 — Em anexo, apresentamos mais especificadamente, alguns elementos do nível narrativo.
- 3 — A segmentação em seqüências correspondeu à divisão dos parágrafos.
- 4 — É importante observar que toda performance pressupõe uma competência modal que se atualiza pelo fazer do sujeito como um poder-fazer e um saber-fazer. O actante Grupo é primeiro modalizado como competente para depois fazer.
- 5 — "O Destinator é aquele que comunica ao Destinatário sujeito não somente os elementos da competência modal, mas também o conjunto dos valores em jogo; é também aquele a quem é comunicado o resultado da 'performance' do Destinatário-sujeito que lhe compete sancionar." (GREIMAS & COURTÈS, *Dicionário de Semiótica*, São Paulo, Cultrix, [1983] p. 115.)
- 6 — Os discursos literários, por exemplo, são ricos em figurativização. Sabemos, no entanto, que nenhum discurso verbal é puramente temático ou puramente figurativo.
- 7 — Semioticamente define-se a mentira como o que parece verdadeiro mas não é e a verdade como o que parece e é verdadeiro.
- 8 — No eixo das modalidades veridictórias, define-se semioticamente a falsidade como o que não parece e não é verdadeiro.

## BIBLIOGRAFIA

- BARROS, D. *A festa do discurso*. Tese de Livre-Docência, USP, São Paulo, 1985 (mimeo).
- COURTÈS, J. *Introdução à semiótica narrativa e discursiva*. Coimbra, Almedina, 1979.
- GREIMAS, A. J. *A semiótica estrutural*. São Paulo, Cultrix, 1973.
- . *Du sens I*. Paris, Seuil, 1968.
- . *Du sens II*. Paris, Seuil, 1983.
- GREIMAS, A. J. & COURTÈS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo, Cultrix, [1983].
- FONTANILLE, J. *Um point de vue sur "croire" et "savoir"*. Documents. Paris, Groupe de recherches sêmico-linguísticas, 1982, IV, (133).

## ANEXO

Apresentação de alguns elementos do nível da narratividade.

## — Presença de Sujeitos

- a) sujeitos de fazer — definem-se pela transformação de estados;
- b) sujeitos de estado — definem-se pela sua relação de junção (conjunção/disjunção) com valores, representados por objetos.

## — Natureza da relação

A relação de junção entre sujeitos e objetos-valor pode ser de conjunção ( $\cap$ ) ou de disjunção ( $\cup$ ).

## — Transformação

Transformar é alterar estados ( $\rightarrow$ ).

## — Objetos-valor

Os valores dividem-se em duas grandes classes: descritivas (objetos consumíveis, prazeres, estados de alma, etc.) e modais (querer, poder, dever, saber-ser, fazer).

## — Programa narrativo (PN)

A mudança de estado efetuada por um sujeito ( $S_1$ ) qualquer que afeta outro sujeito ( $S_2$ ) é considerado um programa narrativo. Há dois tipos de PNs: o da performance do sujeito — transformação que produz um novo estado de coisas — e o de competência — que é o ser que possibilita o fazer.

### — Percursos narrativos

Considerando que os actantes da narrativa marcam seus papéis actanciais, dependendo da posição que podem assumir ao longo do percurso narrativo, pode-se dizer que, além do percurso do sujeito do fazer, há ainda mais dois percursos na organização narrativa: o do Destinator (DOR) manipulador e do Destinator (DOR) Julgador.

O Destinator é sempre a fonte dos valores: enquanto manipulador, é o sujeito que faz com que o Destinatário faça e, enquanto o Julgador, sanciona o resultado do fazer. Sua posição é sempre hierarquicamente superior ao Destinatário.

### — Contratos

Os sujeitos assumem contratos que aparecem como uma organização de atividades recíprocas, provocadoras de transformações entre sujeitos.